

8.666, de 21 de junho de 1993, resolve **SUBSTITUIR** na Portaria nº 0118/CSSPPO de 19/09/2022, onde foi designado como **fiscal**, o servidor 1º Ten. BM **BRUNO ZIMMERMANN VENTURA**, matrícula nº 934.066-1-01, pelo servidor CB BM **BRUNO DEPIZZOLATTI**, matrícula nº 929.614-0-01, e onde foi designado como **Suplente**, o servidor Ten. Cel. BM **DIEGO FELIPE MARZAROTTO**, matrícula nº 928.362-5-01, pelo servidor Sd. PM **JUAN WISENTAINER**, matrícula nº 990.835-8-01, para acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 120/SSP/2020 – oriundo do Pregão Eletrônico nº 0038/2020-SEA SGP-e SSP 3846/2020.

**FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO**  
Secretário Adjunto da Segurança Pública  
Cod. Mat.: 925141

**PORTARIA Nº 065/SSP DE 14.07.2023**  
**O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Delegação de Competência contida na Portaria nº 039/2023/SSP, publicado no diário Oficial nº 22.031 de 01/06/2023 e nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve **SUBSTITUIR** na Portaria nº 0109/CSSPPO de 15/09/2022, onde foi designado como **Fiscal**, o servidor St BM RR **ALBERTO LUIZ MACHADO**, matrícula nº 920.419-9-01, pelo servidor Cb BM **BRUNO DEPIZZOLATTI**, matrícula nº 929.614-0-01, e onde foi designado como **Suplente**, o servidor Ten. Cel. BM **DIEGO FELIPE MARZAROTTO**, matrícula nº 928.362-5-01, pelo servidor Sd PM **JUAN WISENTAINER**, matrícula nº 990.835-8-01, para acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 004/SSP/2020 – oriundo do Pregão Eletrônico nº 0054/2019-SEA SGP-e SSP 371/2020.

**FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO**  
Secretário Adjunto da Segurança Pública  
Cod. Mat.: 925132

**PORTARIA Nº 066/SSP DE 14.07.2023**

**O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Delegação de Competência contida na Portaria nº 039/2023/SSP, publicado no diário Oficial nº 22.031 de 01/06/2023 e nos termos do art. 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve **SUBSTITUIR** na Portaria nº 116/CSSPPO de 16/09/2022, onde foi designado como **Fiscal**, o servidor Cap. BM **MICHEL PIRES DE ARAÚJO**, matrícula nº 930.088-0-01, pelo servidor Sd PM **JUAN WISENTAINER**, matrícula nº 990.835-8-01, e onde foi designado como **Suplente**, o servidor Ten. Cel. BM **DIEGO FELIPE MARZAROTTO**, matrícula nº 928.362-5-01, pelo servidor Cb. BM **BRUNO DEPIZZOLATTI**, matrícula nº 929.614-0-01, para acompanhar e fiscalizar o Contrato nº 011/CSSPPO/2022 – oriundo da Dispensa de Licitação nº 003/CSSPPO/2022 SGP-e SSP 5034/2021.

**FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO**  
Secretário Adjunto da Segurança Pública  
Cod. Mat.: 925135

**POLÍCIA MILITAR**

**PORTARIA Nº 603/PMSC de 20/07/2023.**  
**RETIFICO** a designação da **PORTARIA Nº 395/PMSC/2023**, na parte de **ADIR MENDES, 3º SARGENTO PM RR Mat. 922727-0**, na data de designação de **20/06/2023 para 18/07/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925032

**PORTARIA Nº 607/PMSC de 20/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 917273-4, à contar de 21/07/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925048

**PORTARIA Nº 602/PMSC de 19/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **SILVÉRIO PEREIRA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 919572-6, à contar de 24/07/2023**.

**EDEGAR CARLOS TEIXEIRA, CABO PM RR Mat. 913294-5, JOSÉ ROBERTO MACIEL, CABO PM RR Mat. 915689-5, à contar de 20/07/2023.**

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 924991

**PORTARIA Nº 608/PMSC de 20/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **VALTER XAVIER, 2º SARGENTO PM RR Mat. 924520-0, JOSÉ MOREIRA DE LIMA NETO, 3º SARGENTO PM RR Mat. 917939-9, JULIO CESAR VICENTE, 3º SARGENTO PM RR Mat. 922926-4, RUDIMAR ANTONIO DIAS DA SILVA, CABO PM RR Mat. 902089-6, à contar de 20/07/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925094

**PORTARIA Nº 609/PMSC de 20/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **GEBRIL MOREIRA BRANCO FILHO, 3º SARGENTO PM RR Mat. 915120-6, à contar de 14/06/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925154

**PORTARIA Nº 610/PMSC de 20/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **AIRTON DOS SANTOS, SUBTENENTE PM RR Mat. 918917-3, à contar de 24/07/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925179

**PORTARIA Nº 612/PMSC de 20/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **OTAVIO TEIXEIRA, CABO PM RR Mat. 911757-1, à contar de 21/07/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925209

**PORTARIA Nº 611/PMSC de 20/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **WILSON DA SILVA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 921461-5, à contar de 21/07/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925192

**PORTARIA Nº 614/PMSC de 20/07/2023.**  
**DESIGNO**, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **JOSÉ HONÓRIO MARQUES, 3º SARGENTO PM RR Mat. 913181-7, à contar de 24/07/2023**.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 925228

ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR**  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

**Processo Administrativo Por Inadimplência Contratual (PAIC) nº 13/DALF-PAIC/2022**  
**SGP-e: PMSC 25167/2022**

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

O Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.053, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e em observância ao processo administrativo instaurado em desfavor da empresa **C.S. COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA., CNPJ 10.471.999/0001-00**, relativo à execução do Contrato Administrativo Nº 194/PMSC/2021, objeto do Pregão Eletrônico nº 179/PMSC/2021, **após apreciação dos documentos, parecez e relatórios juntados aos autos, resolve:**

Anuir com a conclusão do Encarregado no Relatório de Processo Administrativo, entendendo que a empresa processada infringiu a Cláusula Quinta, inciso I (obrigações da contratada), alínea “a” do Contrato.

Assim sendo, a empresa processada está sujeita as sanções administrativas previstas na Cláusula Oitava, do Contrato Administrativo Nº 194/PMSC/2021, bem como ao que dispõe o Art 87 da Lei Federal Nº 8.666/93.

Por esta razão e pelo princípio da razoabilidade, proporcionalidade, gravidade dos fatos e reincidência da empresa, aplico as seguintes sanções administrativas:

1. **MULTA** à empresa **C.S. COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA., CNPJ 10.471.999/0001-00**, na forma da alínea “a”, do inciso II, da Cláusula Oitava do Contrato, amparado no inciso II do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, devendo o valor ser calculado sobre 9,9% (nove vírgula nove por cento) do valor do contrato 194/PMSC/2021 em seu montante total; totalizando a parcela sancionatória em **R\$20.493,00 (vinte mil, quatrocentos e noventa e três reais); e;**

2. **SUSPENÇÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR** com a Administração Pública por **12 (doze) meses**, na forma do inciso III, alínea “c” e “e”, da Cláusula Oitava do Contrato, amparado no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993;

À Seção de PAIC/DALF para:

- a. Publicar a decisão no Diário Oficial do Estado (DOE);
- b. Cientificar a contratada desta decisão administrativa, concedendo a esta o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, para apresentação de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, letra “f” da Lei nº 8.666/1993;
- c. Emitir a guia de depósito identificado para o pagamento da multa pela empresa, **ou** caso esta tenha valores a receber que este seja retido no pagamento;
- d. Providenciar a inclusão da penalidade no Cadastro de Penalidades do Estado (CADPEN), e no Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da empresa em questão;
- e. Dar ciência desta decisão para a Seção de EMPENHO/DALF e TESOURARIA/DALF para que tomem as providências necessárias quanto a retenção do valor da multa;
- f. Por fim, os autos devem ser arquivados.

Florianópolis, 22 de Março de 2023

Documento assinado eletronicamente  
**André Cartaxo Esmeraldo**  
Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças  
Cod. Mat.: 925133

**POLÍCIA CIVIL**

PORTARIA Nº 091/DIAF/DGPC/PCSC, de 20/07/2023  
**O COORDENADOR-ADJUNTO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/



**VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 1.169.352,00 (um milhão e cento e sessenta e nove mil e trezentos e cinquenta e dois reais), por parte do CONCEDENTE, em parcela única. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2023012117, Fonte dos Recursos: 1.600.223.501, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2023NE020404, de 09/08/2023, constante no processo SCC 10774/2023. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31 de outubro de 2023, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 09 de agosto de 2023. **SIGNATÁRIO:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Walmiro Martins Charão Júnior, pelo Instituto.

Cod. Mat.: 930468

**A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE** torna público o Extrato de Termo de Rescisão de Uso, conforme segue:

**TERMO DE RESCISÃO DE USO N.º 002/2023**  
**PROCESSO:** SES 001371133/2023  
**CEDEnte:** Secretaria de Estado da Saúde/SES.  
**CESSIONÁRIO:** Prefeitura Municipal de Canoinhas  
**OBJETO:** Rescisão do termo de cessão de uso nº 004/2022, referente a cedência de um Aparelho Espirômetro (pat. 295554), Notebook (pat. 295563) e Impressora (pat. 295572).  
**DATA:** 30/06/2023

**TERMO DE RESCISÃO DE USO N.º 001/2023**  
**PROCESSO:** SES 00128652/2023  
**CEDEnte:** Secretaria de Estado da Saúde/SES.  
**CESSIONÁRIO:** Prefeitura Municipal de Videira  
**OBJETO:** Rescisão do termo de cessão de uso nº 002/2022, referente a cedência de um Aparelho Espirômetro (pat. 295552), Notebook (pat. 295561) e Impressora (pat. 295570).  
**DATA:** 21/06/2023

Cod. Mat.: 930448

**Extrato de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”,** referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. **Estagiário: 1.Tainanda Santos Carraro;** Termo de Compromisso nº 062/2023; Data de Início: 07/08/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Gerencia Regional de Lages.**2.Samara Caverzan;** Termo de Compromisso nº 065/2023; Data de Início: 14/08/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Centro de Informações e Assistência Toxicológicas-CIATOX.**3.Laura Gava de Souza;** Termo de Compromisso nº 057/2023; Data de Início: 21/08/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Infantil Joana de Gusmão.**4.Yalis Silva Coronel;** Termo de Compromisso nº 063/2023; Data de Início: 14/08/2023; Valor R\$ 500,00; Lotação: Diretoria de Vigilância Sanitária.

Cod. Mat.: 930508

**A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE** torna público o que segue:  
**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 018/2023. PROCESSO:** SES 140179/2023. **CEDEnte:** Secretaria de Estado da Saúde / Fundo Estadual de Saúde, CNPJ: 80.673.411/0001-87, representado pela Secretária Sra. Carmen Emília Bonfá Zanotto. **CESSIONÁRIO:** Município de Santa Terezinha, CNPJ: 95.951.323/0001-77, representado pelo Prefeito Sr. Genir Antônio Junckes. **OBJETO:** Cessão de Uso do Veículo tipo Ambulância, Placa: BYQ1152, Patrimônio/SES: 290898. **VIGÊNCIA:** 05 (cinco) anos a contar da data da Publicação. **DATA:** 19/07/2023.

Cod. Mat.: 930314

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2023TR000158.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Beneficência Camiliana do Sul, mantenedora do Hospital Regional Helmuth Nass, com sede no município de Biguaçu. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2023TR000158 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 09 de agosto de 2023. **SIGNATÁRIO:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Mateus Locatelli, pela Beneficência. Cod. Mat.: 930351

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2023TR000224.**  
**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Beneficência Camiliana do Sul, mantenedora do Hospital Regional Helmuth Nass, com sede no município de Biguaçu. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2023TR000224 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 09 de agosto de 2023. **SIGNATÁRIO:** Carmen Emília Bonfá Zanotto, pela SES e Mateus Locatelli, pela Beneficência. Cod. Mat.: 930354

SEGURANÇA PÚBLICA

**PORTARIA Nº 075/SSP DE 09.08.2023**  
**O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEGURANÇA PÚBLICA,** no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Delegação de Competência contida na Portaria nº 039/2023/SSP, publicado no diário Oficial nº 22.031 de 01/06/2023 e nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 18.666, de 21 de junho de 1993, resolve **DESIGNAR** a servidora **BRUNA ANDRADE DA SILVA**, matrícula nº 952810-5-01, como fiscal e o servidor **ROMUALDO PIRES ZYTKUEWISZ JÚNIOR**, matrícula nº 927432-4-01, como seu suplente, para acompanhar e fiscalizar a Autorização de Fornecimento nº 031/2023/SSP (Processo SGP-e SSP 1773/2023), oriundo do Pregão Eletrônico nº 092/2022/SEA.

**FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO**  
Secretário Adjunto da Segurança Pública  
Cod. Mat.: 930385

**PORTARIA Nº 076/SSP DE 09.08.2023**  
**O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEGURANÇA PÚBLICA,** no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Delegação de Competência contida na Portaria nº 039/2023/SSP, publicado no diário Oficial nº 22.031 de 01/06/2023 e nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 18.666, de 21 de junho de 1993, resolve **DESIGNAR** a servidora **BRUNA ANDRADE DA SILVA**, matrícula 952810-5-01, como fiscal e o servidor **ROMUALDO PIRES ZYTKUEWISZ JÚNIOR**, matrícula nº 927432-4-01 como seu suplente para acompanhar e fiscalizar a Autorização de Fornecimento nº 034/2023/SSP (Processo SGP-e SSP 1760/2023), oriundo do Pregão Eletrônico nº 074/2023/SEA.

**FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO**  
Secretário Adjunto da Segurança Pública  
Cod. Mat.: 930386

**PORTARIA Nº 077/SSP DE 10.08.2023**  
**O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEGURANÇA PÚBLICA,** no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Delegação de Competência contida na Portaria nº 039/2023/SSP, publicado no diário Oficial nº 22.031 de 01/06/2023 e nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 18.666, de 21 de junho de 1993, resolve **DESIGNAR** a servidora **BRUNA ANDRADE DA SILVA**, matrícula nº 952810-5-01, como fiscal e o servidor **ROMUALDO PIRES ZYTKUEWISZ JÚNIOR**, matrícula nº 927432-4-01 como seu suplente para acompanhar e fiscalizar a Autorização de Fornecimento nº 030/2023/SSP (Processo SGP-e SSP 1750/2023), oriundo do Pregão Eletrônico nº 079/2023/SEA.

**FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO**  
Secretário Adjunto da Segurança Pública  
Cod. Mat.: 930387

POLÍCIA MILITAR

**POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - ESPÉCIE:** Termo Aditivo nº 001/2023/MP ao Convênio nº 054/2019/MP. **PARTÍCIPES:** Ministério Público de Santa Catarina e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO:** Instituído repasse de auxílio financeiro à PMSC para aquisição de Fardamento no valor de R\$ 499.525,30, por meio da descentralização de crédito; Inclusão da Cláusula Oitava

que trata da Proteção de Dados Pessoais. **DATA:** Florianópolis, 10 de agosto de 2023. **SIGNATÁRIOS:** Fábio de Souza Trajano, pelo MPSC, e Aurélio José Pelozato da Rosa, pela PMSC. Cod. Mat.: 930501

**PORTARIA Nº 691/PMSC de 07/08/2023.**  
**DISPENSO,** com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 15, inciso II, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 380/07, com o Art 10, inciso II, parágrafo único, inciso I, do Decreto nº 1274 de maio/2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, WOLNEY MAFRA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 917519-9, à contar de 05/08/2023.**

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 930486

**PORTARIA Nº 688/PMSC de 07/08/2023.**  
**DISPENSO,** com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 15, inciso II, parágrafo único, inciso I, da Lei Complementar nº 380/07, com o Art 10, inciso II, parágrafo único, inciso I, do Decreto nº 1274 de maio/2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, VILSON BAZIL, CABO PM RR Mat. 911863-2, à contar de 03/08/2023.**

**Aurélio José Pelozato da Rosa**  
Coronel PM Comandante Geral da PMSC  
Cod. Mat.: 930484

Processo SGP-E PMSC 25167/2022

DECISÃO EM RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa C. S. Comércio de Peças para veículos LTDA, inscrita no CNPJ 10.471.999/0001-00, contra decisão do Diretor da Diretoria de Apoio Logístico é Finanças – DALF, ao qual resultou na punição administrativa da empresa no pagamento de multa e suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pública, em face de inadimplência contratual na execução do Contrato n. 194/PMSC/2021. Em apertada síntese, a recorrente requereu: 1) deferimento a justificativa apresenta quanto ao atraso na entrega do serviço e consequentemente a não aplicação das penalidades; 2) Subsidiariamente, a aplicação da penalidade de advertência, invocando o princípio da proporcionalidade. 3) O cancelamento da punição pecuniária, afirmando que o atraso e decorrente de caso imprevisível. Sustenta a recorrente em suas razões recursais que o processo ora em questão não garantiu o contraditório e ampla defesa.

É o breve relatório. Primeiramente é de suma importância destacar que o contrato 194/PMSC/2021 fora firmado com a recorrente **em 21 de setembro de 2021** (págs. 10 a 14 do SGPE), após a mesma ter participado e ser declarada vencedora do pregão eletrônico PMSC 179/2021. Consta do Termo de Referência extraído do processo licitatório (SGP-e PMSC 5980/2021) que o **prazo de execução do serviço era de 60 (sessenta) dias** consecutivos a contar do recebimento da ordem de fornecimento. No caso, o prazo teve início no dia 05/10/2021, findando no dia 04/12/2021. De antemão é possível verificar que a recorrente se encontra inadimplente, até a presente data, em **610 (seiscentos e dez) dias**, isso porque o serviço não restou finalizado/entregue, conforme verificado no SGP-e PMSC 48281/2023, ao qual a recorrente requereu o reequilíbrio econômico financeiro. Dito isso, passo a analisar o recurso propriamente apresentados pela empresa. A condução do processo de PAIC, a Administração obedecerá aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, **ampla defesa, contraditório**, segurança jurídica, interesse público, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência. No caso em tela, afirma a recorrente que o processo não garantiu a ampla defesa e contraditório. Observa-se, deste modo a imprescindibilidade do processo administrativo para apurar a legalidade da sanção a ser imposta, sob pena de nulidade. No presente processo, não foi possibilitada a defesa pelos meios de prova admitidos em direito, posto que não foi realizada perícia técnica com acompanhamento do engenheiro mecânico responsável técnico da empresa, que haveria por comprovar as alegações da recorrente quanto ao estado geral do caminhão, as molas, a bateria e principalmente o ar condicionado que a contratante alega não atender ao edital. Assim, em anexo ao recurso segue o laudo produzido pelo engenheiro mecânico da empresa, sobre o ar condicionado e



as possibilidades de colocação na viatura, e demonstra de forma cabal que a empresa não abandonou o projeto, mas preocupa-se em atender a BM de forma satisfatória, sendo que os entraves ocorridos na execução do contrato são de responsabilidade de ambas as partes e não somente da contratada, pois não foram disponibilizados os meios necessários para o rebaixamento das molas e a instalação da porta traseira como solicitado, tendo que haver diversas adaptações que atrasaram a execução do contrato, bem como a questão do ar condicionado que até o momento não é consenso o tipo a ser instalado. Dessa forma, eivado de vício o processo administrativo, deve haver revisão da penalidade imposta, posto que não foi possibilitada a ampla defesa constitucionalmente assegurada. Sem muitos esforços, está cristalino nos autos que a autoridade recorrida, garantiu à recorrente o contraditório e a ampla defesa. As páginas 55 a 64 a recorrente apresentou defesa subscrita por seu Diretor, o que por si só desmente o alegado na fase recursal. Não obstante, verifica-se nos autos, que o Auxiliar da Seção de PAIC, mesmo após a apresentação da defesa por parte da recorrente, manteve contato com representante da recorrente, oportunidades que foram trocadas diversas mensagens por aplicativo de mensagem informando o andamento dos serviços, **que até hoje não foi concluído.**

Nota-se que a recorrente, poderia, se assim desejasse, enviar todos os documentos necessário para justificar o atraso na entrega do serviço contrato pela PMSC. Aliás, o laudo técnico que a recorrente encaminhou junto com o recurso é datado de 13/07/2023, o que leva esta autoridade acreditar que referido documento sequer existia ao tempo da notificação da recorrida (23/08/2022), pois do contrário, creio que já faria parte dos autos. Assim, não há que se falar em cerceamento de defesa ou descumprimento do direito ao contraditório. A Lei de Licitações e Contratos (Lei Nº 8.666/93), em seu art. 87, dispõe acerca das sanções aplicáveis, pela Administração, nos casos de inexecução total ou parcial de contratos firmados com os vencedores dos certames licitatórios.

Vejamos:  
“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º – As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º – A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.”

Conforme se depreende da análise do dispositivo supracitado, as penas elencadas nos incisos I a IV são graduais e vão desde a advertência do contratado até a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, sendo a “advertência” a penalidade cabível nos casos de infrações ou condutas irregulares leves; diametralmente oposta, está a “declaração de inidoneidade”, que deve ser imposta quando o contratado praticar condutas demasiadamente gravosas, tendo violado normas da Administração ou **cláusulas contratuais.**

É cediço que todos aqueles que optam por participar de licitações devem observar os preceitos que regem esse tipo de procedimento administrativo. Dentre eles, destacam-se as cautelas necessárias quanto à fiabilidade dos preços ofertados nas propostas – e ratificados após a adjudicação dos itens ao vencedor – **bem como a certeza de que conseguirá fornecer os itens para os quais ofertou proposta, em evidente cumprimento às obrigações pactuadas.**

As consequências da inobservância dos cuidados acima especificados como ocorreram no presente caso, frustra a efetividade de todo o procedimento licitatório, desperdiçando inúmeros recursos públicos (pessoal, material e financeiro) em um processo que não

alcança a finalidade perseguida. Soma-se a isso, todo o tempo decorrido no curso da licitação, que será novamente despedido com a realização de novo processo licitatório para satisfazer a necessidade da Administração pelos produtos e/ou serviços que não foram fornecidos. Dessa forma, a imposição de multa pecuniária, ainda que possua previsão normativa para sua aplicação como penalidade administrativa, não guarda a devida proporcionalidade com a gravidade dos fatos ocorridos. Sua aplicação, na forma isolada não alcançaria as finalidades da sanção, inerentes à sua própria natureza, quais sejam: a repressão pela violação das normas, a reparação dos danos causados e a dissuasão da prática de condutas semelhantes. Em verdade, a penalidade de multa atingiria tão somente a finalidade de reparação dos prejuízos advindos da conduta irregular, contudo, não surtiria efeitos em relação às demais finalidades da sanção. Assim, a pena de multa só se mostraria factível se cumulada com alguma das outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme permissivo instituído pelo parágrafo segundo do supracitado artigo legal.

Nesse contexto, vale destacar a lição do ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles, que ao tratar das consequências da inexecução dos contratos administrativos, preleciona que a “suspensão provisória ou temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração é sanção administrativa com que se punem os contratados que culposamente prejudiquem a licitação ou a execução do contrato, embora por fatos ou atos de menor gravidade. Se o infrator age com dolo ou se a infração é grave, a sanção adequada será a declaração de inidoneidade (...)”

Destarte, que neste processo a conduta perpetrada pela recorrente é de altíssima gravidade, porquanto a unidade policial militar está a quase 2 anos sem ter a sua disposição o caminhão para transporte de animais (cavalo), trazendo sérios prejuízos à PMSC e a toda Sociedade Catarinense, que por vezes o policiamento montado ficou prejudicado por não ser possível transportar os cavalos. Isto posto, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa C. S Comércio de Peças para veículos LTDA para, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, anuindo com a decisão tomada pelo Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças – autoridade recorrida.

Florianópolis, 07 de agosto de 2023.

*Documento assinado eletronicamente*

Aurélio José Pelozato da Rosa  
Coronel PM – Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 930271

INTIMAÇÃO DE INSERÇÃO EM DÍVIDA ATIVA  
PROCESSO Nº 21530-2023-73633 de LUIZ HENRIQUE VIAN  
CPF: 084 xxx.xxx-xx  
Referente ao autuado LUIS HENRIQUE VIAN, foram inseridos em DÍVIDAATIVA, valores inscritos conforme ProtocoloDva-230000252152 referente ao Auto de Infração nº 9851-E.  
Joaçaba/SC, 10 de agosto de 2023.  
FLAVIO ANDRADE E LOPES  
1º Ten. PM Comandante da 2ª Pel/2ª Cia do 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental.

Cod. Mat.: 930294

INTIMAÇÃO DE INSERÇÃO EM DÍVIDA ATIVA  
PROCESSO Nº 21530-2023-73630 de LUIZ HENRIQUE VIAN  
CPF: 084 xxx.xxx-xx  
Referente ao autuado LUIS HENRIQUE VIAN, foram inseridos em DÍVIDAATIVA, valores inscritos conforme ProtocoloDva-230000252233 referente ao Auto de Infração nº 9849-E.  
Joaçaba/SC, 10 de agosto de 2023.  
FLAVIO ANDRADE E LOPES  
1º Ten. PM Comandante da 2ª Pel/2ª Cia do 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental.

Cod. Mat.: 930295

INTIMAÇÃO DE INSERÇÃO EM DÍVIDA ATIVA  
PROCESSO Nº 21530-2023-73635 de LUIZ HENRIQUE VIAN  
CPF: 084 xxx.xxx-xx  
Referente ao autuado LUIS HENRIQUE VIAN, foram inseridos em DÍVIDAATIVA, valores inscritos conforme ProtocoloDva-230000252314, referente ao Auto de Infração nº 9853-E.  
Joaçaba/SC, 10 de agosto de 2023.  
FLAVIO ANDRADE E LOPES  
1º Ten. PM Comandante da 2ª Pel/2ª Cia do 2º Batalhão de Polícia Militar Ambiental.

Cod. Mat.: 930296

## POLÍCIA CIVIL

### TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, a Delegacia de Polícia da Comarca de Rio do Sul, através da empresa Parpel Comércio de Papéis Ltda, de acordo com o que consta na Listagem de Eliminação de Documentos nº 001/2023/PCSC/DPCO/RSL e respectivo Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 05/2023/PCSC/CPAD, publicado no Diário Oficial nº 22034, de 06/06/2023 e aprovado pela Gerência de Gestão Documental, através ofício 12/2023/SEA/DIAP/GEDOC, conforme Processo PCSC 82319/2022, procedeu à eliminação de 7,80 metros lineares de documentos integrantes do acervo da Delegacia de Polícia da Comarca de Rio do Sul, do período 2016-2019. Rio do Sul, 1º de agosto de 2023.  
**HENRIQUE NANTES VALADÃO**  
Delegado de Polícia  
**Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Polícia Civil**  
**JULIANO BRIDI**  
Delegado de Polícia  
**Delegacia de Polícia da Comarca de Rio do Sul**  
Cod. Mat.: 930337

PORTARIA Nº 2196/GAB/DGPC/PCSC, de 09/08/2023.  
**O DELEGADOGERAL DA POLICIA CIVIL**, com base no inc. VIII do Art. 11 do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, conforme processo PCSC 77604/2023, resolve **DESIGNAR** o Policial Civil inativo, **VANIO CARLOS MARTINS**, mat. nº 0253735401, para constituir o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública CTISP, pelo prazo de 02 anos, na GEPAT DGPC, com efeitos a contar de 01/08/2023.  
**ULISSES GABRIEL**  
DelegadoGeral da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 930276

PORTARIA Nº 106/DIAF/DGPC/PCSC, de 10/08/2023  
**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL E COORDENADOR DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como Gestor da Ata de Registro de Preços PE nº 0065/2023, PCSC 84677/2022.  
**GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR**  
Diretor de Administração e Finanças  
Coordenador do Fundo de Melhoria da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 930538

PORTARIA Nº 105/DIAF/DGPC/PCSC, de 10/08/2023  
**A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como fiscal da Autorização de Fornecimento nº 145/CPL/DGPC/2023, PCSC 81781/2023.  
**ANNA PAULA DE MACEDO MOTA**  
Coordenadora-Adjunta do Fundo de Melhoria da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 930514

PORTARIA Nº 104/DIAF/DGPC/PCSC, de 10/08/2023  
**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL E COORDENADOR DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, como Gestor da Ata de Registro de Preços PE nº 017/2023, PCSC 11008/2023.  
**GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR**  
Diretor de Administração e Finanças  
Coordenador do Fundo de Melhoria da Polícia Civil  
Cod. Mat.: 930504

PORTARIA Nº 103/DIAF/DGPC/PCSC, de 10/08/2023  
**A COORDENADORA-ADJUNTA DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a Portaria nº 260/GAB/DGPC/PCSC de 01/01/2023, publicada no DOE/SC nº 21.945 de 23.01.2023, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de